

O SARGENTO

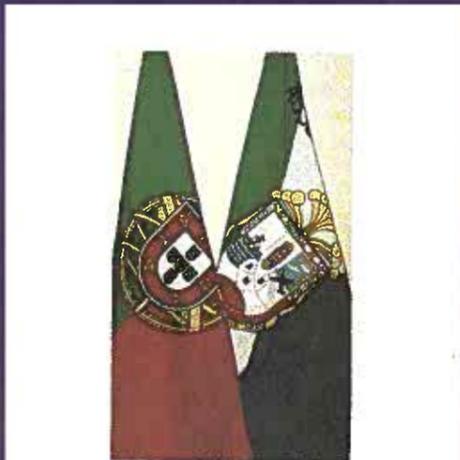
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Armando Parreira • Publicação Bimestral • 150\$ • Mai./Jun. 93 • n.º 12

Inclui suplemento de quatro páginas sobre o Direito ao Associativismo Representativo

EDITORIAL

4.º ANIVERSÁRIO DA ANS



ASSOCIATIVISMO MILITAR: DIREITOS E RESTRIÇÕES



A ANS culminou as comemorações do seu 4.º Aniversário com a edição do livro «Associativismo Militar: Direitos e Restrições». Na cerimónia de lançamento do livro estiveram presentes várias individualidades, de diversos quadrantes da vida nacional, que enaltecem esta iniciativa e o papel pioneiro da ANS na defesa do direito ao associativismo dos militares

página 3

Estiveram em debate, na Assembleia da República, as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, apresentadas pelo Governo

páginas centrais

«O Sargento» entrevistou o presidente do Clube de Sargentos de Aeronáutica

página 7

A reestruturação das Forças Armadas e a Marinha

página 8

Há quatro anos que a ANS foi oficialmente constituída, em 10 de Junho de 1989. Todos os anos, a celebração dessa data propicia a introspecção e a reflexão, em jeito de balanço, sobre a obra realizada em prol da classe, no tempo entretanto decorrido. Importa já referir, antes de nos envolvermos em detalhes, que as conclusões retiradas traduzem resultados largamente positivos e incentivadores.

Durante o quarto ano de existência da ANS, para além da dinâmica da regular actividade, dois acontecimentos ocorridos no último semestre marcaram, com particular relevância, a vida da Associação.

Um foi a admissão da ANS na EUROMIL, que lhe franqueou o acesso aos areópagos internacionais mais importantes, enquanto instâncias de recurso para os problemas e as aspirações dos sargentos portugueses (Parlamento Europeu, Conselho da Europa, OIT, etc.).

O outro, foi a publicação, por ocasião do 4.º aniversário da ANS, do livro/documento «Associativismo Militar: Direitos e Restrições», onde se constata como se entrecruzam amiúde os caminhos da luta pelo direito ao associativismo militar e a vida da própria ANS.

Há, ainda, outras iniciativas que não podem deixar de ser referidas, tanto pela sua importância como por exemplificarem o espírito de colaboração que pautava a actividade da ANS. São disso exemplo os estudos e propostas realizados sobre o Novo Sistema Retributivo e os Escalões, sobre os Estatutos dos Militares ou sobre os direitos e o associativismo, umas vezes por iniciativa da Associação, outras a pedido de instâncias do Estado, como a Procuradoria-Geral, da República, a Provedoria de Justiça ou a Comissão Parlamentar de Defesa, entre outras.

No último ano, particularmente no último semestre, também o Governo esteve bastante produtivo em matérias da área da Defesa. Apresentou as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e a Lei de Programação Militar, publicou os novos Quadros Orgânicos (com atraso) e a regulamen-

cont. na pág. 2

EDITORIAL

cont. da pág. 1

tação dos Conselhos de Classe da Marinha, dos Conselhos das Armas e Serviços do Exército e das Comissões de Especialidade da Força Aérea, tudo isto num quadro em que o processo de reestruturação das Forças Armadas alastra em todas as vertentes.

Só não se vislumbra, nem neste tempo de remodelação e readaptação, a mínima intenção, sequer um indício, de vontade de diálogo e de colaboração para dar resposta aos problemas inevitavelmente resultantes daquele processo.

Pela parte da ANS, todos os esforços continuarão a ser desenvolvidos para quebrar as barreiras ao diálogo e abrir caminho a uma colaboração profícua e vantajosa para todas as partes, como o demonstra a prática de outros países europeus.

Oficiais elegem corpos sociais

Eleições na ASMIRR

Tomaram posse os novos corpos sociais da ASMIRR — Associação dos Militares na Reserva e na Reforma — eleitos pela Assembleia Geral para o biénio de 1993/94. São presidentes da Mesa da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal, respectivamente, o general Amadeu Garcia dos Santos, o coronel José Augusto Gonçalves Ramos e o coronel José Alberto de Moura Calheiros.

Por manifesta falta de espaço, nesta edição, «O SARGENTO» reserva para um número próximo a necessária e merecida divulgação de aspectos mais detalhados da actividade da ASMIRR. Mas, desde já, manifestamos aos novos corpos sociais da ASMIRR os nossos votos de sucesso no desempenho das respectivas funções.

Carta da Irlanda

O presidente da Associação dos Militares Irlandeses — FDFORRA — enviou uma carta ao embaixador português naquele país, aquando da visita, recente, do Presidente da República, dr. Mário Soares, à Irlanda. Na carta, o presidente da associação irlandesa descreveu os direitos que os militares do seu país, hoje, usufruem e as batalhas que travaram até as conquistar e comparou-as com a luta que os militares portugueses desenvolvem com o mesmo objectivo.

O presidente da Associação Irlandesa terminou a carta, bastante extensa, afirmando não ser sua intenção interferir nos assuntos de segurança militar, mas, tão-só, dos direitos humanos.

Dada a extensão da carta, mas considerando o seu elevado interesse, não é possível abordá-la mais profundamente nesta edição, mas «O Sargento» voltará a referir-se-lhe brevemente.

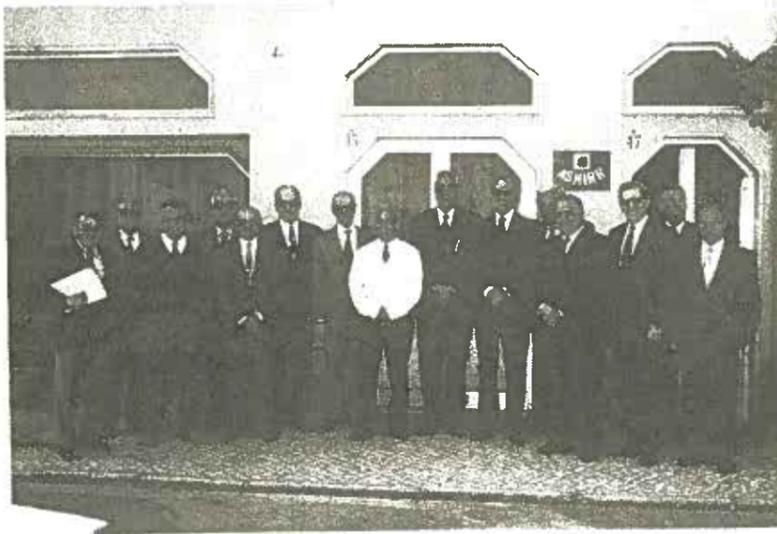
Transferências no RI de Tomar:

... Um-Dó-Li-Tá...

A forma como estão a ser transferidos os militares que prestam serviço no Regimento de Infantaria de Tomar (RIT) — que será desactivado — está a gerar descontentamento e indignação entre os militares.

Segundo soube «O Sargento», as referidas transferências estão a ser realizadas de forma aleatória, com total ausência de critérios, para os RI de Beja ou de Abrantes ou para o Batalhão de Infantaria Motorizado (BIMOTO), em Santa Margarida.

Os militares queixam-se por as transferências serem determinadas sem se lhes dar qualquer possibilidade de optar por um dos três locais, mesmo invocando razões determinantes, como sejam a proximidade da residência e da família.



CARTAS DOS LEITORES

Senhor Director

Na qualidade de sargento sócio da ANS e leitor do jornal «O SARGENTO» venho por este meio revelar as preocupações que atingem a classe de Sargentos:

1. — Em referência à notícia publicada no nosso jornal, página 7, com o título «Má resposta», respeitante ao ofício n.º 7661/CG, de 92.11.26, do Gab. do Sec. de Estado da DN, venho informar que eu próprio fui vítima do NSR (Novo Sistema Retributivo).
Ora vejamos:
a) — Desde Julho a Dezembro de 1990 fui abonado de vencimento pelo 3.º escalão, índice 200 — 127 600\$00 com o posto de Sargento-Ajudante e cerca de 32 anos de serviço efectivo.
b) — Outros camaradas 1.ºs Sargentos (para exemplo: cito o nome do 1.º Sargento Bernardo da Cruz Henriques), foram abonados pela 6.º Escalão, índice 205 — 130 800\$00, somente com 29 anos de serviço efectivo.
2. — Assim, aquele Exm.º Senhor Secretário de Estado da DN precisa de ser esclarecido e desmentido o teor do seu ofício quando diz... tal situação não resultou do novo sistema retributivo dado que no anterior sistema já existiam as diuturnidades que produziam, na prática, o mesmo efeito. Tal não é verdade, porque nem sequer existiam militares de igual patente e com o mesmo tempo de serviço, a ganharem mais, muito menos postos hierarquicamente inferiores e com menos tempo de serviço, como aconteceu comigo no período de tempo acima referido e ainda não fui indemnizado.
3. — Acresce ainda dizer que esta lacuna ainda não foi resolvida, apesar de haver circulares do Centro Financeiro do Exército a prometerem que o assunto está em estudo. Certo é que já passaram 3 anos e tudo continua na mesma.
4. — Para reforçar esta ideia e o rigor das injustiças que resultam de duas situações gritantes que são: posto superior, e mais tempo de serviço efectivo.
5. — Para além do que acabei de dizer nos números anteriores, há ainda a revelar sobre o sistema remuneratório de que estou a ser mais uma vez vítima, que é o seguinte:
Tenho 34 anos de serviço efectivo e cerca de 7 anos de permanência no posto de Sargento-Ajudante. Estou a ser abonado de vencimento pelo 1.º escalão, índice 210, como são os camaradas Sargentos Ajudantes recentemente promovidos (1993), somente com cerca de 10 anos de serviço efectivo.
Haverá alguma explicação a dar a tamanha disparidade tão caricata como esta? Suponho que não deve haver justificação.
6. — Por último, informo que requeri a solicitação a revisão do Sistema Retributivo, não tendo sido dado despacho individual, mas tão-somente, através de uma circular do CFE a informar que o assunto vai ser estudado, mas do estudo ainda estou à espera do de 1990.
7. — Sobre a aplicação do n.º 3 do art.º 43.º do EMFAR, mais uma vez estou a ser vítima na organização em que estou inserido nas Forças Armadas que não tem nada de coesão e eficácia como repetidamente se afirma pretender ter.
Na Unidade onde estou colocado (RIA), existem camaradas mais modernos e com menos tempo de serviço efectivo a desempenharem funções que lhes permitem auferirem vencimentos do posto superior, com base em confusos critérios e de flagrante desrespeito pela dignidade e brio profissional dos militares mais velhos.
8. — Pot fim, terá a ANS alguma sugestão em vista para a saída deste estado de coisas que pretendo ver com esperança?

Com cordiais cumprimentos.
M.A.D.

NOTA DE REDACÇÃO: Acerca da pergunta com que o leitor termina a sua carta ao director de «O Sargento», aprez referir o seguinte:

- 1 — A questão colocada foi encaminhada, pela Redacção do jornal, para a Direcção da ANS.
- 2 — No entanto, podemos desde já informar que o problema está colocado há cerca de um ano, pela ANS, nos Serviços da Provedoria de Justiça, bem como na Comissão Parlamentar de Defesa.
- 3 — Deste problema também têm conhecimento a Presidência da República e a Procuradoria-Geral da República.
- 4 — Por fim, a ANS estuda colocar o problema nas instâncias europeias, através da EUROMIL, na qual está associada.

SARGENTO

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS; REDACÇÃO: RUA BARÃO DE SARBOSA, N.º 91-1.º ESQ - 1900 LISBOA; TELEFONE: 8154966; FAX: 8154958; FOTOCOMPOSIÇÃO E MONTAGEM: TEXTAG, LDA.; IMPRESSÃO: GRAFINTER, LDA.; TIRAGEM: 5000 EXEMPLARES; DEPÓSITO LEGAL: 48582/91; REGISTO NA DGCS: 115109.

ANS comemorou 4.º aniversário

O 4.º Aniversário da Associação Nacional de Sargentos foi assinalado com várias iniciativas que culminaram na cerimónia de lançamento do livro «Associativismo Militar — Direitos e Restrições», editado pela Associação. O programa comemorativo iniciou no dia 10 de Junho, dia do aniversário da ANS, com um convívio no parque de St.º António, na Costa de Caparica, continuou no dia 12, na Sede Social, nos festejos da Noite de Santo António e terminou no dia 19, no Clube do Sargento da Armada, aquando do lançamento do livro editado pela Associação presenciado por destacadas individualidades da vida nacional.

Participaram na cerimónia de apresentação do livro da ANS, entre outras individualidades, o brigadeiro Pezarat Correia, a rr.ª Maria Carrilho, socióloga, e o dr. Borges Coelho, historiador. Diversas entidades também se fizeram representar na cerimónia, entre as quais a Associação de Oficiais das Forças Armadas, a Associação 25 de Abril, a Associação dos Militares na Reserva e na Reforma e os Clubes de Sargentos dos três ramos das Forças Armadas.

Nas várias intervenções proferidas na cerimónia foi invariavelmente considerado que o associativismo militar — o tema do livro — é um direito irrefutável que a Lei consagra. Os intervenientes foram, igualmente, consensuais em reconhecer o interesse, a importância e a oportunidade da publicação

do livro «Associativismo Militar: Direitos e Restrições» e consideram-no uma peça fundamental para os investigadores, os estudantes e demais interessados na matéria versada.

O brigadeiro Pezarat Correia afirmou que o associativismo militar, embora se debata com enormes condicionamentos, é uma legitimidade irrefutável e deve ser incentivado. Considerou, também, que essas dificuldades existem, em parte porque o poder encara o associativismo militar como contrapoder e por isso o receia.

A dr.ª Maria Carrilho, socióloga, depois de ter referido a importância do livro da ANS por conter elementos de grande valor para quem pretende abordar a temática

do associativismo militar, nomeadamente jornalistas, académicos e políticos, destacou o desenvolvimento do associativismo militar após a Segunda Guerra Mundial e o seu reconhecimento pelas sociedades democráticas.

O dr. Borges Coelho, historiador, relacionou as restrições dos direitos de cidadania dos elementos das Forças Armadas com «a ideia do poder político em as utilizar livremente na luta política interna» e manifestou o seu apoio à «luta pelo direito universal de associação e de reunião, direito de que já usufruíam os cidadãos em armas do exército medieval português, constituído essencialmente pelas tropas dos concelhos».

SARDINHADA NA COSTA

No dia 10 de Junho, dia do aniversário da ANS, vários sargentos associados na ANS reuniram-se, durante quase todo o dia, num convívio no Parque de Santo António, na Costa de Caparica.

Boa parte da manhã foi empregue nos preparativos da sardinhada que fazia «cabeça de cartaz» do programa do convívio. As boas sombras e as excelentes condições do parque para a iniciativa também fizeram sucesso, mas a principal ovação ouviu-se quando as primeiras sardinhas assadas chegaram às mesas.

Depois de «arrumado» o repasto, os sócios puderam usufruir de uma campanha promocional do protocolo de vantagens para os sócios da ANS, estabelecido entre a Associação e a empresa ADA — Ajuda Automobilística, S.A.

A campanha promocional consistia no alinhamento de faróis das viaturas dos sócios, gratuitamente.

Associativismo Militar: Direitos e Restrições

O livro «Associativismo Militar: Direitos e Restrições», editado pela ANS, tem 72 páginas, em formato A4, capa em quadricromia e impressão em off-set. Está disponível na sede da Associação ou pode ser pedido, pelo correio, através do preenchimento do cartão abaixo reproduzido. Para os sócios da ANS o preço do livro é de 1000\$00, mais 58\$00 de portes do correio. Para os não sócios é de 1250\$00, mais 58\$00 de portes de correio.



ASSOCIATIVISMO MILITAR: DIREITOS E RESTRIÇÕES

«Ilustrativo (...) da constante procura de acesso aos mais elementares direitos de cidadania pelos cidadãos militares que não aceitam ser marginais à Nação que servem, este livro retrata uma época de viragem nas relações dentro das Forças Armadas e entre os cidadãos e os seus militares». (Excerto do texto do convite da ANS para a cerimónia de lançamento do livro «Associativismo Militar: Direitos e Restrições».)

Queiram enviar-me o livro «Associativismo Militar: Direitos e Restrições» para:

Nome _____
 Morada _____
 Localidade _____ C. Postal _____
 Sócio da ANS nº _____ (preço: 1000\$00 + 58\$00 = 1058\$00)
 Não sócio (preço: 1250\$00 + 58\$00 = 1308\$00)
 Forma de Pagamento: Cheque ou Vale Postal nº _____
 Enviar para: Associação Nacional de Sargentos
 Rua Barão Sabrosa, 91 - 1.º Esq.
 1900 LISBOA

ANS estuda contestação dos quadros orgânicos

A ANS, num comunicado emitido com a data de 17 de Junho, fez uma primeira apreciação dos Quadros Orgânicos de Pessoal das Forças Armadas e das alterações da Constituição dos Conselhos de Classe da Marinha, dos Conselhos de Armas e Serviços do Exército e das Comissões de Especialidade da Força Aérea, recentemente publicados.

Pela importância das matérias abordadas, transcrevemos, na íntegra, o referido comunicado:

COMUNICADO

Nos últimos meses as atenções e preocupações dos sargentos dos 3 Ramos das Forças Armadas centraram-se na saída da legislação que estipula os Quadros Orgânicos de Pessoal das Forças Armadas.

Com um atraso inexplicável de 8 meses, o que acarretou prejuízos irreparáveis para vários militares, especialmente Sargentos, saiu no passado dia 3 de Junho no «Diário da República» o Dec.-Lei 202/93, que vem definir esses mesmos Quadros para o triénio 93/96. O mesmo «Diário da República» publicou os Dec.-Leis 199/93, 200/93 e 201/93 que vieram alterar a constituição, normas eleitorais e funcionamento dos Conselhos de Classe da Marinha, Conselhos das Armas e Serviços do Exército e Comissões de Especialidade da Força Aérea, respectivamente. Estes diplomas, e sem prejuízo de

uma análise mais detalhada a ser feita por cada uma das CPR's, merecem o seguinte comentário.

DEC.-LEI 202/93 — QUADROS ORGÂNICOS DAS FORÇAS ARMADAS

1. Uma vez mais temos a lamentar profundamente que em matéria tão importante e significativa para a nossa vida profissional, não tenham os Sargentos, através dos seus Órgãos Representativos, sido auscultados, que uma vez mais tudo se tenha cozinhado no segredo dos gabinetes sem que se tivesse em conta as perspectivas de carreira do pessoal militar.

2. Os Quadros Orgânicos ora definidos irão, na generalidade, provocar uma diminuição no fluxo das produções havendo, mesmo, quadros especiais que irão num curto prazo entrar em completa estagnação, proporcionando a «aliciante» carreira de uma promoção em toda uma vida dedicada às Forças Armadas.

3. O artigo 3.º nos n.ºs 1, 2 e 3, consubstancia uma forma encapotada de promoção entre 1 de JAN 93 e 31 de DEZ 95 por o preenchimento total das vagas eventualmente existentes não ser obrigatório.

É nossa profunda convicção que esta norma contraria o Art.º 11 da Lei 11/89 — Lei de Bases da Condição Militar e o Art.º 180 do Dec.-Lei 34-A/90-ENFAR pelo que iremos encetar o estudo que nos possibilite a sua contestação jurídica.

DEC.-LEI 199/93; 200/93 E 201/93 — CONSELHOS DE CLASSE DA MARINHA, CONSELHOS DAS ARMAS E SERVIÇOS DO EXÉRCITO E COMISSÕES DE ESPECIALIDADE DA FORÇA AÉREA

1. Como é prática do legislador, também na elaboração destes diplomas os Órgãos Representativos dos militares, e em particular dos Sargentos, não foram ouvidos. Até quando vigora esta prática, no mínimo reveladora de insensibilidade e desrespeito por quem, quantas vezes nas mais duras condições, se entrega de corpo e alma à Instituição Militar.

2. Ambos os diplomas vieram trazer alterações na composição dos respectivos Conselhos, alterações que se traduzem fundamentalmente numa redução de representatividade dos Sargentos. Esta redução assume particular relevância nos Conselhos de Classe da Marinha nos quais foi cortada a representação aos Sargentos Ajudantes e Primeiros Sargentos.

Quês estranhas razões motivaram estas alterações? porquê alterar o que desde a sua criação funcionou sempre, sem ter dado origem a polémicas de espécie alguma?

Ou terá sido por isso?

Lisboa 17 de Junho de 1993

A Direcção

O Governo, por intermédio do ministro da Defesa, Fernando Nogueira, apresentou na Assembleia da República, no princípio de Junho, as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (GOCEDN). O Conceito Estratégico anterior vigora desde 1985 e está manifestamente desactualizado, essencialmente por razões externas, não só por causa das alterações verificadas nos países de Leste, mas também face à obrigatoriedade dos laços entre os países europeus, determinada pela assinatura do Tratado de Maastricht e pela consequente revitalização da UEO.

GRANDES OPÇÕES DO ESTRATÉGICO DE DEF

O novo CEDN não será, portanto, apenas uma actualização do anterior, mas uma redefinição do próprio Conceito Estratégico, visível, sobretudo, nos aspectos inerentes ao plano político-militar externo.

Para se compreender as modificações operadas nesta área é necessário retroceder ao enquadramento internacional do anterior Conceito Estratégico e às linhas que nele foram traçadas para intervir nesse enquadramento.

Nessa altura, em 1985, a gestão do antagonismo entre os Estados Unidos e a União Soviética determinava a generalidade dos focos de conflito. O mundo estava polarizado em torno de cada um daqueles países através da Aliança Atlântica e do Pacto de Varsóvia.



Paz e desarmamento

No Conceito Estratégico definiu-se, então, que «a defesa nacional, sem deixar de considerar que o desarmamento equilibrado e a dissolução segura dos blocos político-militares são condições de uma paz mundial efectiva, deve orientar-se pelo princípio do alinhamento ocidental».

No quadro desse alinhamento, o quadro político-militar externo define que a «participação portuguesa na defesa da OTAN deve ser articulada por forma a reforçar a capacidade de defesa autónoma (...), assumindo Portugal prioritariamente obrigações no seu espaço nacional e nos espaços confinantes de claro interesse nacional».

Numa perspectiva mais global, o plano da política externa geral determinava que «a inserção em organizações ou em espaços supranacionais e, em geral, a cooperação internacional serão determinadas, para além das

razões económicas e técnicas, pela necessidade concreta de preservar a soberania nacional contra todas as ameaças».

Em resumo, o exposto revela que, no contexto mundial de então, Portugal defendia o desarmamento e a dissolução dos blocos político-militares, pautava-se pelo alinhamento ocidental e justificava a sua participação na OTAN como forma de reforçar a sua capacidade de defesa autónoma.

Novo Conceito Estratégico

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional que agora se delinea é descontínuo relativamente ao anterior, preterindo as orientações deste em favor de alinhamentos ocasionalmente mais favoráveis na actual conjuntura internacional e em subordinação a compromissos assumidos no âmbito da criação da União Europeia. Nalguns aspectos a evolução do Conceito Estratégico chega a ser antagónica, sobretudo no que respeita à defesa da dissolução dos blocos político-militares e à capacidade de defesa autónoma.

Nas Grandes Opções do Conceito Estratégico que apresentou à Assembleia da República, o Governo começa por definir a leitura que faz do actual Enquadramento Internacional. Essa leitura, pela ênfase posta nalguns aspectos, prenuncia já as intenções governamentais em matéria de Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Importa, pois, dedicar especial atenção a esses aspectos.

A apreciação do Enquadramento Internacional feita

pelo Governo começa por constatar «o fim da confinação bipolar e da confronta-



ção leste-oeste e a emergência de novos poderes, designadamente, o Japão e a Europa Comunitária». Esta evolução traduziu-se, segundo o documento do Governo, num «novo ambiente de relacionamento com condições efectivas para o diálogo e para a cooperação».

Seguidamente, as GO-CEDN fazem notar que as alterações verificadas nos países de Leste e o consequente fim do Pacto de Varsóvia configuram «um novo arranjo geopolítico, de onde sobressai a Alemanha reunificada, no seio da OTAN e da União Europeia».

Realçou-se, neste quadro, o reforço do papel da ONU e a importância do Conselho de Segurança e Cooperação na Europa: «As novas oportunidades para o funcionamento dos mecanismos políticos, na procura da garantia da paz e da estabilidade mundial, reflectiram-se no esforço da capacidade de actuação da ONU e do seu Conselho de Segurança, assim como na progressiva institucionalização da CSCE (...)».

«Forças Armadas mais móveis»

«Como corolário de todas estas alterações e profundas transformações» as Grandes Opções destacam «o aumento de transparência no domínio militar» e o reforço da confiança mútua, através da revisão da estratégia da Aliança (Atlântica) (...) que passou a contemplar o diálogo,



go, a cooperação e a prevenção de conflitos. Contudo, mesmo nesta perspectiva, mantém-se o «carácter dissuasor» da Aliança, mas com ênfase no conceito de Forças Armadas mais móveis e flexíveis e mantendo as armas nucleares tão-só como «arma de último recurso».



A nível europeu, o Enquadramento Internacional das Grandes Opções do CEDN é balizado pelos compromissos emergentes da assinatura do Tratado de Maastricht. Do Tratado resultam desenvolvimentos progressivos «no sentido da concretização de uma política externa e de segurança comum, que no futuro possa vir a possibilitar uma defesa comum» e que conduziu já à «revitalização da UEO».

Na apreciação do Governo, a UEO constitui «um instrumento no sentido de uma identidade de segurança e de defesa no seio da União Europeia (...) e é um reforço do

pilar europeu no seio da OTAN».

Finalmente, o capítulo do Enquadramento Internacional do documento menciona fugazmente algumas zonas onde prevalecem conflitos mais empolados, «para além dos factores de potencial instabilidade (...) que importa considerar na actual conjuntura».

Desafios e Riscos da Conjuntura Internacional

Mais à frente, no capítulo dos «Desafios e Riscos Prevalentes na Actual Con-



juntura Internacional», é reconhecida a permanência de «factores potenciais de instabilidade (...) capazes de afectar a segurança, no seu conceito mais amplo, configurando-se um ambiente de riscos diversificados, geograficamente disseminados e com características multifacetadas».

Este capítulo refere ainda as perspectivas de cooperação leste-oeste num clima de desanuviamiento, tornando menos provável um conflito generalizado, mas constata também que as assimetrias norte-sul têm-se agravado e «contêm expressões de conflitualidade que podem constituir-se como elemento perturbador da segurança», embora não configurem ameaças militares.

«Neste ambiente — prossegue o documento — as expressões de potencial conflitualidade decorrem dos radicalismos étnicos, religiosos e ideológicos, dos litígios territoriais e do exacerbar do:



nacionalismos, mas também da angústia resultante da incapacidade de concretizar desenvolvimento, que possa responder aos anseios político-sociais e económicos das populações (...)»

Nestas matérias, não obstante privilegiar o diálogo a cooperação com os países lusófonos, as GO-CEDN não preconizam linhas de acção, tanto no plano nacional como na intervenção no areópago internacional, no sentido de atenuar ou debelar as causas das referidas expressões de potencial conflitualidade, mormente em relação ao agravamento das assimetrias norte-sul.

CONCEITO DE DEFESA NACIONAL

Leitura Condicional

Traçadas que estão as linhas mestras do Enquadramento Internacional e dos Desafios e Riscos Prevalentes na Actual Conjuntura Internacional definidas nas GOCEDN, confirma-se, como anteriormente se indicou, que a orientação da leitura da conjuntura internacional foi previamente determinada de modo a alicerçar a

meios de defesa e as dimensões de Portugal, é a eliminação da referência ao princípio da não ingerência externa nos assuntos internos de outros estados, provavelmente retirado já na perspectiva de permitir uma maior liberdade de acção para executar «missões de manutenção e estabelecimento da paz, humanitárias e no âmbito da cooperação técnico-militar, como instrumento da



conjectura de um Conceito Estratégico de Defesa Nacional já preconcebido.

A referida leitura, como se confere adiante no plano político externo, ainda que aponte, necessariamente, para «a afirmação da presença de Portugal no mundo, através da participação em organizações internacionais, nomeadamente a ONU e a CSCE», arquitecta, sobretudo, a participação «em alianças, designadamente a OTAN e a UEO (...)» e na «construção da identidade de segurança e de defesa da Europa e para a evolução da União Europeia, num espírito potenciador da complementaridade necessária entre a Aliança Atlântica e a componente de defesa que se delineia no processo de integração europeia».

Deste envolvimento resulta — como anteriormente foi afirmado — a descontinuidade e, até, o antagonismo da evolução do anterior Conceito Estratégico para o actual, não só patente no aprofundamento do envolvimento nacional no bloco político-militar sobrevivente do conflito leste-oeste, mas também pela actual ausência de referências à necessidade de prosseguir o desarmamento.

Ingerência externa

Particularmente grave, sobretudo para um país com os

política externa do Estado» referidas, no plano militar, pelas Orientações para as Diversas Acções Estratégicas Gerais.

No mesmo plano militar é determinado o desenvolvimento das «acções de reestruturação, redimensionamento e reequipamento das Forças Armadas, para que estejam aptas a garantir a defesa militar da República». Como era de esperar, na sequência das linhas mestras até aqui definidas, as Forças



Armadas «devem ter capacidade para satisfazer os compromissos internacionais assumidos (...) e permitir uma participação harmónica no âmbito das Alianças». Evidencia-se aqui, portanto, que o envolvimento externo é determinante na organização das Forças Armadas a que o Governo, entretanto, procedeu sem ter ainda discutido e aprovado as grandes opções.

Encerrada a discussão na Assembleia da República, e uma vez que o Parlamento não exerce poder deliberativo nesta matéria, cabe agora ao Governo definir e fazer publicar o novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional.

PROPOSTAS DOS PARTIDOS

Para além do Governo, também o Partido Socialista e o Partido Comunista Português apresentaram à Assembleia da República as respectivas propostas de Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e consideraram o Conceito Estratégico de 1985 desactualizado, embora nem sempre do mesmo ponto de vista. O breve resumo de algumas passagens dessas propostas, que a seguir se expõe, permite constatar que as GOCEDN do Governo não reuniam a consensualidade do Parlamento.

Proposta comunista

As GOCEDN do partido Comunista Português, no «Exame da situação nacional, visão das potencialidades e vulnerabilidades» considera que «os processos de integração na Comunidade Europeia, para um país pequeno e de economia periférica e dependente, como é Portugal, comportam perigos acrescidos, que devem ser acautelados, para a defesa da independência e soberania nacionais». Considera, também, que «a prossecução de uma política seguidista na NATO reduz a capacidade de decisão autónoma para os caminhos de desarmamento, da eliminação da lógica de blocos e da cooperação e da paz».

No «Exame da situação internacional» refere que «a NATO (onde os EUA conservam um peso determinante), em vez de diminuir o seu papel face ao desaparecimento do outro bloco, apareceu com uma estratégia ofensiva (...) e que a CSCE «corre grave risco, já que está a ser hegemónizada pelas potências liderantes da NATO».

No mesmo capítulo refere, também, que «as tentativas para a criação de uma 'defesa comum' (...) representam

o caminho de tentar transformar a Comunidade Europeia num bloco militar (uma 'superpotência'), dotado de poder ofensivo», o que contraria «o desejável processo de construção de um sistema de segurança europeu global».

Em face destas análises, as GOCEDN do PCP, nas «Linhas de acção e prioridades imediatas», propõem que, «tanto quanto à ONU como quanto à CSCE, Portugal deve empenhar-se activamente para combater a sua hegemonização ou instrumentalização pelos EUA e outras potências militares da NATO». Pretende a superação definitiva da lógica de blocos político-militares e que, com esse objectivo, Portugal participe na estrutura política da NATO, «onde defenderá com persistência a progressiva desactivação da estrutura militar, como primeiro passo para a denúncia do Tratado. Neste quadro, Portugal deverá desvincular-se progressivamente da estrutura militar da NATO. Portugal deve, combater a criação e não aceitar a participação em qualquer bloco político-militar europeu, ou qualquer outra forma de tentar transformar a CE numa potência militar, incluindo através da UEO».

Proposta socialista

A proposta de GOCEDN apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista define que o Conceito Estratégico aponta, como «linhas de acção essenciais para o Estado em matéria de defesa nacional», entre outros aspectos, a divulgação e o estímulo de um «debate plural com vista ao fortalecimento da consciência nacional»; afirma o primado do direito dos povos à independência, da igualdade entre os Estados, da solução pacífica dos conflitos internacionais, da não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, etc. Ao mesmo tempo, Portugal «empenha-se no reforço da identidade europeia e no fortalecimento da acção dos Estados europeus a favor da paz, do progresso e da justiça nas relações entre os povos».

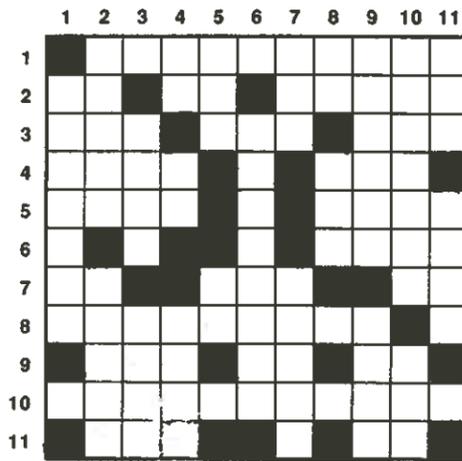
Nas «grandes áreas não militares de intervenção do Estado em matéria de defesa nacional» sublinha, entre outros aspectos, que têm importância no Conceito Estratégico de Defesa Nacional, «no plano político geral», o «estímulo ao desenvolvimento de uma opinião pública esclarecida e motivada em assuntos de defesa nacional»;

«no plano das relações internacionais» a participação na ONU, na CSCE «e em outras instituições internacionais vocacionadas para o reforço da segurança global e regional», «a participação na Aliança Atlântica e na União Europeia Ocidental, organizações internacionais vocacionadas para a dissuasão e a negociação no plano internacional» e «a participação nas Comunidades Europeias (...) nos termos fixados no Tratado da União Europeia».

Em relação às «componentes militares de defesa» refere, entre as orientações com vista a assegurar uma capacidade dissuasora autónoma e credível, a «modernização das forças armadas e adequação do seu sistema de forças, do seu dispositivo e do seu equipamento à natureza e localização do território nacional e à evolução das potenciais ameaças e da situação internacional» e a «existência de forças armadas baseadas no serviço militar profissional, voluntário e obrigatório, este último entendido como modalidade de prestação de um serviço nacional dos jovens à comunidade».

PALAVRAS CRUZADAS

Problema 01 - SAR



HORIZONTAIS:

1 — Congregação de pessoas com uma finalidade. 2 — Compreendi. O que envolve a terra. Da mesma maneira. 3 — Organização Africana. Espaço de doze meses. Arco pequeno. 4 — Acto de disparar. Mediana. 5 — Árvores da Índia. Queima. 6 — Sala (Ing). 7 — Gemido. Cidade da Índia. Catedral. 8 — Classe militar dinâmica. 9 — Possuir. Aparência. Partia. 10 — Pertencente à República. 11 — Companhia de aviação. Artigo definido.

VERTICAIS:

1 — Esforçar-te-ás. 2 — Jogo (Brasil). Barcos de recreio. 3 — Borda. Cabelo ralo. 4 — Pura. Determinativo dos substantivos. Roldana de guindaste. 5 — Agora. Nome de letra. 6 — Que pertence à nação. 7 — Elemento que forma o átomo. Vestíbulo. 8 — Carta de jogar. Imensidade. 9 — Clube militar. Antigo país. 10 — Irritados. Sigla de associação militar. 11 — Detergente. Nona das consoantes (pl).

SOLUÇÃO

HORIZONTAIS: 1 — Associação. 2 — Li. Ar. Assim. 3 — Vão. Ano. 4 — Tiro. Mea. 5 — Aais. Arde. 6 — Room. 7 — Al. Goa. Se. 8 — Sargentos. 9 — Ter. Ar. Fa. 10 — Republicano. 11 — SAA. Os. Os. Os. 1 — Lutarás. 2 — Alala. lates. 3 — Ora. Repa. 4 — Mar. 9 — Caero. Siso. 10 — Alrados. ANS. 11 — Omo. Emes. Sa. Os. Gra. 5 — Ora. Ge. 6 — Nacional. 7 — Ião. Alto. 8 — As. VERTICAIS: 1 — Lutarás. 2 — Alala. lates. 3 — Ora. Repa. 4 — Mar. 9 — Caero. Siso. 10 — Alrados. ANS. 11 — Omo. Emes.

XADREZ

Problema 462, de J. Kiss 1956



MATE EM DOIS LANCES — Jogam as brancas

Solução:

1. Pxc3, 2. Tc1
1. Rxc5, 2. Txc6

Os deuses devem estar loucos

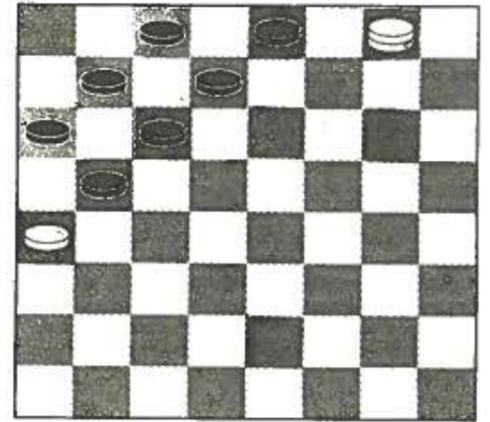
No BST, unidade da região de Lisboa, uma comunicação de serviço interna, determinava, com pompa e circunstância, que a partir de 1 de Junho de 1993, os oficiais e sargentos daquela Unidade pagariam uma taxa de utilização de 250\$00 mensais para utilizar os respectivos vestiários.

Perante a contestação generalizada, esta brilhante determinação foi anulada.

A ideia está no entanto lançada. As Unidades precisam de verbas. Queres ser militar?

DAMAS

Problema 01 - SAR



Branças: 1 dama e 1 pedra
Pretas: 7 pedras
Jogam as pretas e ganham

A TODOS OS AMIGOS DO CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA

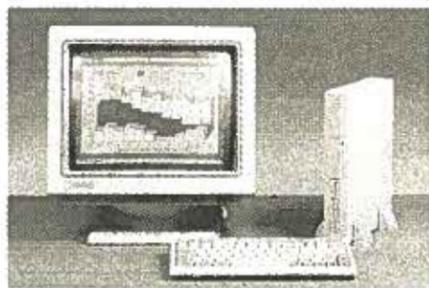
Campanha de angariação de fundos para a nova SEDE SOCIAL PARTICIPA.

CLUBE DO SARGENTO DA ARMADA

CONTA N.º 8552940/001
CONTA N.º 391880832

BANCO TOTTA & AÇORES
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

IMC — INDÚSTRIA, MONTAGEM E COMÉRCIO DE COMPUTADORES, LDA.



COMPUTADOR IMC B5

PROCESSADOR	80386 SX - 20 MHZ; SOCKET PARA COPROCESSADOR
MEMÓRIA	2 MB DE BASE; EXPANSÃO MÁXIMA ATÉ 16 MB
VÍDEO	PLACA SUPER VGA 1024 x 768
MEMÓRIA DE MASSA	1 DRIVE DE 3,5" - 1.44 MB; DISCOS DE 40 MB ATÉ 211 MB
INTERFACES	1 PORTA PARALELA; 2 PORTAS SÉRIE
SLOTS DE EXPANSÃO	1 SLOT DE 16 BITS PARA PLACA LAN OU FAX/MODEM
TECLADO	ENHANCED DE 81 TECLAS
MONITORES	SVGA DE 14" MONO OU POLICROMÁTICO
FONTE DE ALIMENTAÇÃO	AC 90 V A 250 V. 35 Watts
DIMENSÕES	26 cm x 19,5 cm x 4,7 cm
PESO	3,2 Kg

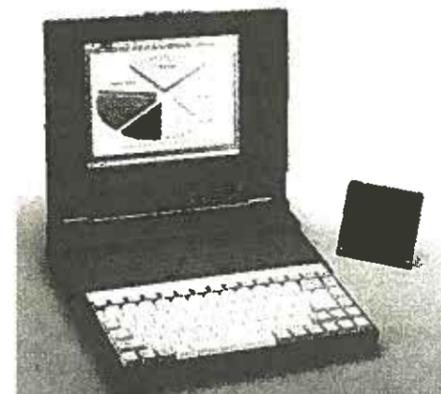
COMPUTADORES IMC

MODELOS TOWER
" 488 TW - 25 Mhz

MODELOS DESKTOP
" 488 DX - 33 Mhz
" 386 DX - 40 Mhz
" 386 DX - 25 Mhz
" 386 SX - 25 Mhz
" 286 S - 20 Mhz

MODELOS SLIM TOWER
" 386 SX - 20 Mhz
" 286 - 16 Mhz
" 286 - 12 Mhz

NOTEBOOK
" NB340 - 386 SX - 20 Mhz - DISCO 40 Mb
" NB360 - 386 SX - 20 Mhz - DISCO 60 Mb



SOFTWARE

- CONTABILIDADE; FACTURAÇÃO; GESTÃO DE PESSOAL
- GESTÃO DE ARMAZÉNS
- GESTÃO DE CONDOMÍNIOS
- GESTÃO DE PONTOS DE VENDA

ALUGUER DE EQUIPAMENTO

CRÉDITO IMC

IMC - INDÚSTRIA, MONTAGEM E COMÉRCIO DE COMPUTADORES, LDA.
PRAÇA JOÃO DO RIO, 9 - 3.º ESQ.
1000 LISBOA

PARA MAIS INFORMAÇÕES:
TELEFONES: 848 21 23 / 848 00 01
FAX: 848 00 40

Clube de Sargentos de Aeronáutica

Abertura de sede relança CSAERO

Na sequência das entrevistas que «O Sargento» está a realizar com os presidentes dos clubes de sargentos dos três ramos, cabe a vez, neste número, ao presidente do Clube de Sargentos de Aeronáutica (CSAERO), sargento-ajudante Miguel Parada.

O CSAERO foi constituído em 1986, há sete anos, no dia 11 de Julho. Mas só desde Março deste ano o Clube pôde abrir as portas da sua sede, em Chelas, em instalações cedidas pela Câmara Municipal de Lisboa. Por enquanto apenas abre às quartas-feiras, porque ainda se estão a realizar as obras que darão rosto definitivo às instalações. Lá para o fim do ano os trabalhos estarão concluídos e, então, é desejo da direcção que a sede funcione diariamente.

Quando chegámos à sede do CSAERO para realizar a entrevista, ao fim da tarde, o presidente da direcção e outros sargentos envergavam ainda as roupas de trabalho que utilizaram em mais um dia de actividade nas instalações do Clube. No ar sentia-se o aroma característico do verniz e da tinta ainda por secar — e também o entusiasmo e a determinação de dinamizar, fazer crescer e consolidar o Clube de Sargentos de Aeronáutica.

«O Sargento» — Quando e com que objectivos foi criado o Clube de Sargentos de Aeronáutica?

Miguel Parada — Os objectivos da constituição do Clube obedeceram a um imperativo de consciência de todos nós. Esse imperativo baseia-se na necessidade que os sargentos da Força Aérea no activo, na reserva e na reforma sentiram de se encontrarem, sobretudo depois de saírem do activo.

Foi uma luta e um trabalho que demorou alguns anos até se construir, em 1986, o Clube de Sargentos de Aeronáutica. Inicialmente, pretendia-se que o clube se chamasse Clube dos Sargentos da Força Aérea, mas não foi autorizado pelas chefias militares e adoptou-se o nome actual.

Os objectivos do clube são exactamente aqueles que a generalidade das associações do género pretende desenvolver. Nós pretendemos promover, nomeadamente, o encontro de todos os sargentos, desenvolver actividades



de apoio social, actividades culturais, recreativas, desportivas e outras, para preenchimento dos tempos livres dos sargentos. Queremos desenvolver, também, actividades formativas, de estudo e técnico-científicas, para engrandecimento da dignidade e valorização dos sargentos e seus familiares. Estes são os objectivos definidos estatutariamente.

Espaço de convívio

SAR — Mas, não há uma sobreposição entre o Clube de Sargentos de Aeronáutica e os clubes de sargentos existentes nas unidades?

MP — Não. Os clubes de sargentos das unidades funcionam apenas durante o dia para os sargentos que estão no activo. Foram clubes criados pelo então chefe do estado-maior, num despacho que remonta, salvo erro, a 1965. Mas engloba, apenas, os sargentos que estão no activo na respectiva unidade e só durante o dia. Evidentemente, aqueles que passam à reserva e, mais tarde, à reforma, deixam de ter um local onde se encontrar. O CSAERO vem, exactamente, preencher essa lacuna. É o clube geral, onde se podem reunir todos, durante o dia ou à noite, para conviver, criar novas e encontrar velhas amizades.

SAR — Como é que os sargentos estão a participar na vida do clube?

MP — Até agora, a participação dos sargentos não tem podido ser muita porque não tínhamos um espaço de encontro. Neste momento, deitámos mãos à obra e, num espaço que nos foi cedido pela Câmara Municipal de Lisboa, estamos a implantar a sede.

Estamos convencidos que, quando a sede estiver pronta, quando a sede estiver pronta a funcionar, a adesão dos sargentos será muito maior. Mas, mesmo assim, ao longo destes sete anos, têm mantido viva a chama do Clube.

SAR — A sede, onde estamos neste momento, está em

obras. São os próprios sargentos que estão a fazer estas obras?

MP — A sede não está em obras. A sede está a ser construída num espaço que estava completamente em toco. Está a ser construída com o apoio e à custa dos sargentos. A própria mão-de-obra é dada pelos sargentos. Tivemos também o apoio em materiais da Junta de Freguesia de Marvila, onde estamos inseridos, e de um comerciante local.

SAR — Quando estará a sede pronta?

MP — Nós vamos fazer a pré-inauguração — ou a inauguração da primeira fase — no dia em que comemoramos o aniversário do Clube, 10 de Julho. Mas só estará pronta, definitivamente, no fim deste ano.

Sócios

SAR — O Clube, já o disse, tem 400 sócios. Mas quantos é que, efectivamente, estão ligados à vida do clube, através da participação nas actividades, do pagamento de quotas, da vinda à sede, etc.?

MP — A sede tem estado aberta todas as quartas-feiras, desde o dia 27 de Março deste ano, quando se realizou aqui a assembleia geral. A partir dessa altura, começaram a aparecer camaradas, não só para conhecer a sede e inteirar-se dos seus problemas mas, também, para contribuir monetariamente, com materiais e, até, com mão-de-obra.

Em relação ao pagamento de quotas, não nos podemos queixar. Mais de três quartos dos associados pagam as quotas, ainda que alguns não paguem num ano mas, passados dois ou três, vêm regularizar os pagamentos.

SAR — E como tem evoluído a adesão ao Clube? Há novas inscrições?

MP — As inscrições no Clube evoluíram menos de há um ano e tal para cá, isto precisamente pelo que já foi dito anteriormente: porque

não havia espaço para local de encontro dos associados. Mas estou convencido de que, de agora em diante, com a sede a funcionar, muitos mais sargentos se inscreverão no Clube.

SAR — A direcção tem algum plano para cativar novos sócios?

MP — Sim. Depois das obras concluídas, com a sede a funcionar em pleno, iremos desenvolver uma campanha de angariação de sócios, através dos próprios associados a quem enviaremos uma circular explicando o que é o clube e as razões da sua existência. Estou convencido de que irão cativar muitos outros sargentos para o Clube.

Actividades

SAR — Quais têm sido, até agora, as actividades do Clube, mesmo tendo em conta as contingências que referiu?

MP — Temos participado na Corrida da Liberdade, organizada pela Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio, Associação 25 de Abril e Câmara Municipal de Lisboa; temos organizado sempre as comemorações do aniversário do Clube; de há cinco anos a esta parte realizámos com assiduidade, no dia 6 de Junho ou em data aproximada, a Homenagem ao Sargento da Aeronáutica, na qual participam diversas entidades civis e militares. Escolhemos esse dia porque o primeiro-sargento que homenageámos, um dos pioneiros da Aeronáutica em Portugal, o sargento António Lobato, faleceu nessa data. Desde então, temos homenageado todos os anos um sargento pioneiro que tenha contribuído, de forma relevante, para a existência da Aeronáutica no nosso país.

Uma outra iniciativa que promovemos foi a instituição do prémio Bartolomeu de Gusmão, que atribuímos ao aluno melhor classificado no Curso de Formação de Sargentos. Esse prémio é composto por uma medalha do Clube com a effigie de Bartolomeu de Gusmão, um diploma em pergaminho e uma importância pecuniária que, na última atribuição, foi de 25 mil escudos.

SAR — Que actividades serão desenvolvidas quando a sede estiver pronta?

MP — As actividades só serão definidas pela Assembleia Geral, no Plano de Actividades. Mas temos já algumas ideias que pensamos propor. Pensamos, por exemplo, apresentar um projecto à Junta de Freguesia de Marvila para realizar acções de formação de jovens da comunidade onde estamos inseridos, em áreas como a mecânica, a informática ou a electricidade, entre outras que os sargentos dominam. A própria Força Aérea, se assim o entender, poderá apoiar essas acções de formação, porque será uma forma de cativar esses jovens para o ingresso na Força Aérea, daqui a alguns anos.

SAR — Mas essas são actividades para a comunidade. E para os sócios do Clube?

MP — Para nós, sócios do clube, queremos pôr a funcionar uma biblioteca, o mais bem apetrechada possível nos domínios cultural e técnico. Outras iniciativas, de carácter recreativo, cultural e desportivo só serão especificadas, como disse antes, quando se definir o Plano de Actividades.

SAR — Como é que o Clube contacta os sócios e os informa sobre as actividades que patrocina?

MP — Nós damos conhecimento de todas as actividades do clube através de circulares que enviamos individualmente a todos os associados. Temos, também, a revista «O VOADOR» que enviamos a todos os sócios, bem como a diversas entidades militares e civis.

A revista é publicada há cinco anos, tem uma tiragem de 1500 exemplares, é trimestral e acabámos de publicar o número 18.

SAR — Que temas versa a revista?

MP — Trata vários temas, desde o radioamadorismo até à numismática e ao campismo, passando, como não podia deixar de ser, pelos temas que interessam directamente aos sargentos, como legislação que lhes diga respeito, homenagens, condecorações, etc.

SAR — A revista era apoiada materialmente pela Força Aérea mas, agora, já não é. Porquê?

MP — Foi apoiada pelo anterior chefe do Estado-Maior com a atribuição de uma verba. Depois, o actual chefe do estado-maior apoiou-a com a feitura gratuita da revista nas oficinas gráficas da Força Aérea. Mas, este ano, a direcção do Clube entendeu deixar de fazer lá a revista, por questões que se prendem com o próprio estatuto editorial de «O VOADOR».

SAR — Concretamente, por que razão tomaram essa decisão?

MP — Porque fomos acusados de desestabilizar a classe por causa de dois artigos que foram publicados, um sobre o associativismo militar, baseado num discurso da advogada da Associação Nacional de Sargentos, e outro, um artigo de opinião, assinado, intitulado «O Perí dos Militares», que versava o problema dos vencimentos dos sargentos relativamente ao ano de 1992.

SAR — Quais são, actualmente, as relações do Clube com as chefias militares? Há contactos? Há apoios?

MP — Os apoios que recebemos foram os que referi inicialmente para a revista «O VOADOR». Presentemente, não temos outro apoio que não seja o dos sócios.

SAR — E que contactos têm com a hierarquia? E a que nível?

MP — Existem contactos ao nível das chefias ou por intermédio dos seus representantes.

SAR — Que género de assuntos originam esses contactos?

MP — Os assuntos são os normais da vida do Clube. Por exemplo, os convites para as actividades do Clube ou a apresentação de cumprimentos aquando da tomada de posse de uma direcção do Clube.

SAR — Para finalizarmos, que mensagem acha oportuno deixar aos sargentos e aos sócios do Clube de Sargentos de Aeronáutica?

MP — Gostaria de recordar que o Clube nasceu há sete anos, num espaço a que tem direito. Que todos os sargentos da Força Aérea no activo, na reserva e na reforma têm o direito e o privilégio de nele participar. Por isso convido todos a associarem-se no Clube e a visitar a sua sede que, por enquanto, funciona apenas à quarta-feira, durante todo o dia, na Rua João Paulo II, lote 540, loja 9, na zona J de Chelas, em Lisboa.

Estou certo de que, todos juntos, faremos do Clube de Sargentos de Aeronáutica um grande clube.

A REESTRUTURAÇÃO DAS FA'S E A MARINHA

Antes de entrarmos propriamente no tema deste artigo, considera-se vantajoso tecer algumas considerações de ordem geral sobre o processo reestruturador.

A primeira consideração, é a de que reestruturar, redimensionar e reequipar, era uma urgente necessidade há anos reclamada nos meios militares.

A segunda consideração, é a de que imperou anos demais um estado de letargia, que conduziu a rotinas, enquistamento de métodos e raciocínios, a uma crescente degradação dos meios técnico-profissionais, à ausência de medidas nos planos social, material, de carreira, entre outros.

A terceira consideração, diz respeito à concepção de «quinta» que, igual e negativamente, fez escola. É inegável que durante anos prevaleceram concepções que nada tinham de racionais do ponto de vista de potenciamento das capacidades, meios e energias dos três ramos das FA's, conduzindo à triplicação e consequente existência de aparelhos enormes e pesados em cada um deles.

Outro aspecto, é o respeito e a consideração pelas especificidades de cada ramo.

A quarta consideração, é a de que, e em complementaridade com o que acima foi dito, o prestígio das FA's, a dignidade dos militares e da instituição foram sendo abalados, concorrendo também para isso determinado tipo de exemplos e comparações, que sendo vantajosos eleitoralmente, jamais poderão ser aceitáveis.

A quinta consideração, e última, é que o cerceamento de direitos plasmado no Art.º 3 da LDNFA conduziu ao refrear da criatividade, do pluralismo da reflexão e troca de ideias, de que é exemplo vivo o conteúdo das publicações militares. Aliás, este foi um dos aspectos sujeitos a alguma reflexão num encontro havido no ano passado, entre a Comissão de Defesa da Assembleia da República e a imprensa militar, no qual participou «O Sargento».

Chegados aqui, impõe-se perguntar: então a reestruturação em curso tem de ser mesmo assim? Será ela positiva?

As coisas não podem ser vistas de forma absoluta, isto

é, ou são boas ou são más.

Olhando o processo reestruturador de forma abstracta, terão valor positivo o facto de haver esta dinâmica de mexida, de alteração, depois de anos de estagnação.

Mas é no concreto que o prato da balança entre o positivo e o negativo vai oscilando. E, para nós, como é sabido, o prato da balança pende para o lado negativo. E então porquê?

Vejam os: 1.º — Uma alteração como a que está em curso, deveria ter tido como ponto de partida, a discussão e aprovação de um novo conceito estratégico de Defesa Nacional.

2.º — Os objectivos do processo, bem como as medidas, deveriam ter sido objecto de uma ampla e clarificante exposição no seio das FA's.

3.º — Deveriam estar sempre presentes as legítimas expectativas de muitas centenas de militares, bem como a garantia de direitos adquiridos.

Não nos parece que o encurtamento de tempo de reserva, ou o modo como foi tratado o problema da chamada «Lei dos Coronéis», tenham respeitado esse requisito.

Igualmente não nos parece que assim seja quando a publicação dos quadros orgânicos foi protelada, e em consequência disso militares com condições para serem promovidos passam à reserva por falta da publicação dos quadros orgânicos.

4.º — Outro elemento é a ausência de medidas visando a dignificação material e social dos militares.

5.º — As constantes recusas em ouvir e corrigir diplomas que constituem fonte de instabilidade e desmotivação, como seja o caso do Novo Sistema Retributivo.

6.º — A ausência do diálogo franco e construtivo, que obviaria a muitos destes aspectos negativos. Quase tudo continua a ser feito à margem daqueles que quotidianamente lidam com os problemas, sentem as dificuldades, dominam os factores que constituem travão a uma implementação eficaz das medidas que se impõem tomar.

Deste quadro, necessariamente sintético, tem vindo a ser crescentemente utilizado o recurso ao argumento da legitimidade, sobre tal argumento importa clarificar o seguinte:

Não negámos nem nega-

mos a legitimidade do Governo. Foi democraticamente eleito pelos portugueses. Agora, legitimidade para governar é uma coisa, e outra bem diferente é se respeita ou não direitos, é como dizia o bispo de Setúbal «avaliar se o faz bem ou mal».

Os atingidos pelas medidas do governo têm, naturalmente, legitimidade para considerar se essas medidas são positivas ou negativas. Os militares, obviamente, não são uma excepção. E porque devem estar sujeitos a determinado tipo de «baliças» (que não são constantes do actual Art.º 31 da LDNFA) pois interesses superiores da Nação se colocam, então ainda mais se justifica a criação de mecanismos que conduzam ao estabelecimento do diálogo efectivo e não uma máscara dialogante.

Justifica-se o estabelecimento do direito de consulta sobre matérias sociais, de carreira e estatutárias, e não se trata, como insistem alguns retrógrados e mal intencionados com o intuito de atemorizar, do papão sindicalista.

É tempo de ser posto um ponto final às calúnias e invenções, arma constantemente utilizada por quem não tem a coragem de, olhos nos olhos, discutir os problemas.

Marinha

A Marinha não fugiu ao período de estagnação referido.

Foram, e de algum modo ainda são, factores que contribuíram para uma menor percepção dessa «rampa inclinada», o papel desempenhado pela Marinha na área do Sistema de Autoridade Marítima e a salvaguarda da vida do mar, bem como o inegável papel de «embaixador» itinerante desempenhado pelo navio-escola «Sagres».

Por outro lado, há o peso da tradição, com reflexos positivos ao nível da construção de uma cultura própria, de um estilo marinho (da mesma forma como têm os outros ramos), que se reflecte nas relações profissionais e humanas dentro de cada classe e mesmo entre classes.

A este propósito importa dizer que, também aqui, se têm vindo a verificar alterações negativas e que devem ser objecto de medidas «terapêuticas» no sentido da sua eliminação.

Mas a Marinha pós-guerra colonial manteve, no essencial, a sua estrutura intacta. Não procedeu a uma análise rigorosa dos quadros, e sobretudo, não efectivou medidas tendentes à sua atempada racionalização, bem como no que respeita às relações funcionais. Não investiu em novos meios, não procedeu à modernização dos meios navais, sofrendo as angústias em torno dos sobressalentes e assistindo à canibalização a tornar-se regra. Veio constando a não actualização do equipamento dos fuzileiros. Ano após ano viu crescer o orçamento com despesas de pessoal e minguar a fatia das despesas de investimento e manutenção.

O diálogo foi sendo bloqueado. A ida ao Curso de Oficiais do Serviço Especial e Oficiais Técnicos, estrangulada. As distorções da progressão na carreira aumentaram. A desmotivação profissional e o desencanto acentuaram-se vertiginosamente.

É neste quadro da situação que foi tomada a opção Meiko, que constitui hoje um pesado encargo. E é ainda neste contexto que surge todo o processo reestruturador. Dele tem chegado à Marinha muito do que é de mau e muito pouco do que é positivo. Não porque a Marinha não aplique as medidas positivas, mas sim porque o processo global não teve (tem) em conta a realidade da Marinha.

Chegou à Marinha o EMFAR. Trata-se, sem dúvida, de um aspecto positivo, que poderia tê-lo sido ainda mais se as propostas feitas na altura tivessem merecido consideração. Mas já não é positivo que aos militares da Marinha esteja vedado o usufruto do constante no Art.º 43.º, n.º 3 do Estatuto, porque a Marinha não tem definidas relações funcionais, isto é, na Marinha uma dada responsabilidade pode ser desempenhada por um sargento-chefe, um mor ou mesmo um segundo-tenente.

Chegou à Marinha um novo conceito de serviço militar e com ele o problema da redução do tempo de SMO, a falta de pessoal voluntário e contratado.

Chegou à Marinha a Lei Orgânica. É positiva do ponto de vista da clarificação do organograma, arrumação de cargos e dependências. Há também quem a considere

positiva, porque contém uma perspectiva descentralizada. Outros, contrapõem que descentraliza de um lado, mas centraliza noutro. A vida dirá e encarregar-se-á de revelar se são mais as vantagens ou os inconvenientes. Mas factor importante para que uma ou outra perspectiva pese mais, é o de quem ocupa os diversos cargos, que estilo imprima, que relacionamento crie, que diálogo promova. As recentes alterações de comandos estão, no entanto, a causar apreensão.

Chegou à Marinha, a Lei 15/92, que não vale a pena comentar.

Chegou à Marinha, com atraso relativamente ao estabelecido, o diploma dos Quadros Orgânicos. Atraso que provocou marcantes injustiças. Quadros Orgânicos esses sobre os quais há dúvidas se respeitam o princípio da progressão na carreira e estipulam um reinventado regime transitório — até 1996 — cujo fim estava anunciado em diplomas anteriores, para finais de 92.

Chegou à Marinha a retirada do Sistema de Autoridade Marítima para a alçada orgânica do MDN. E de caminho, uma panóplia de confusões, que vão desde a pretensão à criação de um corpo de polícia (marítima) militarizado (e esta, hem!...), até à manutenção de uma polícia (a dos estabelecimentos de Marinha) no quadro do pessoal civil da Marinha (e esta, de a Marinha ter uma polícia privada?...), para não falar noutras.

Chegou à Marinha o abate do navio «S. Miguel», que nunca devia ter sido comprado, bem como do «S. Gabriel», com um final de vida atribulado do ponto de vista de investimentos.

Chegou à Marinha, repuxado das catacumbas, a tentativa de pôr os sargentos-chefes e mores a fazerem serviço na escala dos oficiais subalternos.

Chegou à Marinha o NS Retributivo, que por não ter em conta as graves distorções na carreira, tem sido causador de injustiças e instabilidades que quem de direito recusa ver e corrigir.

Chegou à Marinha a entrada de mulheres para as fileiras, passo positivo no sentido da igualdade constitucionalmente consagrada. Mas impõe-se cuidar para que não se verifiquem situações de discriminação, bem como de privilégio.

Chegou à Marinha, de

forma mais acentuada, a priorização da vertente externa de participação — «Roberto Ivens», «Baptista de Andrade», «Sacadura Cabral», «Alvares Cabral», eis alguns exemplos — em missões no quadro da ONU e da UEO — de duvidoso (é legítimo interrogarmo-nos) interesse nacional.

Chegou à Marinha o novo Regulamento dos Conselhos de Classe que desvirtua por completo o princípio de uma justa representatividade nos sargentos-ajudantes e primeiros-sargentos e, ao nível dos oficiais, nos capitães-de-fragata, capitães-tenentes e primeiros-tenentes, arredando-os dos Conselhos. Regulamento este que não só é significativamente diferente do anterior, como é diferente do da Força Aérea e do Exército. Porquê a diferença? E que sentido tem votar em especialidades onde só há um mor ou dois? Como é possível fazer «coisa» desta beira do século XXI?!

Ao longo dos anos, os militares da Armada não têm poupado esforços, tanto do ponto de vista profissional como do ponto de vista do estudo e propostas, visando uma Marinha moderna e eficiente. Tem faltado, no entanto, um aspecto essencial e em última análise determinante, que é o da sucessiva falta de ponderação por parte de quem de direito dessas mesmas propostas e sugestões.

Basta olhar para o número de vezes ue as Comissões Consultivas foram solicitadas a emitir a sua opinião e a viram considerada superiormente — para mais no momento em que tantas matérias foram e estão a ser objecto de análise ou em elaboração — para que quaisquer dúvidas que possam existir se dissipem.

Promover uma reestruturação sem adoptar um conjunto de medidas visando galvanizar os que têm de lhe dar expressão concreta, é torná-la ainda mais dolorosa (já que normalmente as reestruturaturas são-no) e assente sobre pilares administrativistas.

Nada obriga a que assim tenha de ser. Daí que o problema resida na manutenção de visões e dogmatismos ainda não ultrapassados. É isto que também necessita de ser reestruturado.

Portugal necessita de uma Marinha moderna e atraente.